

AD VERSO

Foto divulgação

Emília Fernandes não se considera candidata ao governo gaúcho mas defende uma candidatura de uma esquerda unificada, voltada para a interiorização da economia com resgate industrial e ênfase na valorização do homem do campo



Fabírcia Ossanaí

Desemprego no Pólo

Privatização das empresas do Pólo de Triunfo acaba em demissão e precarização do emprego formal

Porões do Ministério

O ex-ministro Carlos Albuquerque revela as relações de poder na Saúde e diz que o CPMF é um engodo

Data venia

Adverso abre seção para associados esclarecerem suas dúvidas na área jurídica

Herdeiro de um passado de grandes conquistas, o movimento docente estacionou. Os professores rejeitam a greve e vacilam. Em meio a assembléias esvaziadas, não encontram o caminho para sensibilizar a sociedade em favor da universidade pública



O movimento está parado

A hora difícil

Ilustração Gilmar Fraga



Mais uma vez o movimento docente se defronta com a difícil decisão de entrar ou não num movimento grevista de conseqüências ainda mais imprevisíveis do que em ocasiões anteriores, decorrente da intransigência e da prepotência do atual governo, que se mostra cada vez mais insensível diante de quaisquer reivindicações que não se enquadrem rigorosamente no modelo pelo qual se pauta, dentro da filosofia neoliberal. De fato, ao prometer solucionar a defasagem salarial da categoria docente das universidades federais, reconhecendo a grande diferença existente entre os seus ganhos e os das universidades privadas, o governo acenou também com a possibilidade de minimizar a difícil situação por que passam estas instituições, com a perda progressiva de seus melhores quadros, no auge de suas capacidades, para as universidades particulares. Ao pretender substituir seu compromisso com o lançamento do famigerado Programa de Incentivo a Docência, incapaz de atender nem à quarta parte dos professores em atividades, desprezando totalmente os inativos, o governo pisou na bola e nos jogou a todos num beco sem saída. Aliás, com relação aos aposentados, o MEC mostrou-se de um cinismo impressionante ao dizer perante a ANDIFES que a situação destes encontrava-se bem resolvida com a aceitação que vinham encontrando junto ao mercado particular de trabalho. Como se não bastasse a situação de penúria em que se encontram, os aposentados ainda precisaram passar por este constrangi-

mento.

Lançada a confusão, o MEC, através de sua eficiente e esclarecida SESU, busca agora apostar no divisão do movimento docente, insistindo no PID, ou PIG, como já querem alguns, e jogando a questão do aumento salarial, indispensável a esta altura, para outras esferas do governo ou, quem sabe, para uma eventual autonomia universitária. Esta, se aprovada por um Congresso submisso como o que aí está, consagrará a proposta encaminhada na forma da PEC 370 que, – todos sabemos, não permite sequer a manutenção das universidades públicas nos insustentáveis patamares de hoje e, muito menos, permitirá qualquer folga de recursos para possibilitar aumentos salariais aos docentes. Em todo caso, esta é uma alternativa que não podemos descartar dentro do arsenal de soluções de que o príncipe dispõe, sempre amparado por aquela simpatia imperial, esbanjando humor e sadismo, em doses acima das suportáveis por nós, simples mortais.

Dentro deste quadro e nesta hora é que devemos decidir pelo enfrentamento com o mais autoritário de todos os governos que já tivemos, que na sua prepotência e insensibilidade, se recusa ao diálogo e ao entendimento. Em todo caso, nossa paciência também tem limites e é possível que a reação ainda possa ser proporcional ao tamanho do desafio que temos pela frente e que, conscientes deste desafio, nos mobilizemos para o que pode ser a nossa última luta antes da destruição total da Universidade.

CARTAS

O que interessa ao leitor

É estatística: 75% das cartas enviadas aos jornais são de crítica. Acharmos ótimo que sejam. Somos humildes, tolerantes e compreensivos. Queremos a sua opinião mais do que os seus elogios. Claro que sabemos que você é uma pessoa ocupada, que seus minutos são preciosos, mas sabemos também que são justamente as pessoas ocupadas as quem têm mais tempo e idéias. Assim, abusando de sua boa vontade, estamos pedindo a sua opinião.

O que está bem no Adverso? E o que está mal? Ele tem um bom tamanho? Quinzenal está bem, ou o você preferia que fosse mensal ou semanal? As reportagens são oportunas? Os comentários são qualificados? Ou, quem sabe lá, está tudo errado? O que tem que lhe agrada? E o que não tem que lhe que faz falta? Você tem vontade de colaborar ou prefere que um colega seu colabore? Andamos atrás de boas cabeças. Você pode nos indicar alguma? Somos um quinzenário independente. Essa independência lhe agrada ou lhe aborrece? Defendemos a universidade pública porque achamos que ninguém melhor que ela defende os interesses do país. Estamos certos ou errados? Resumindo, existem dez mil assuntos que podem interessar a nossos leitores. Claro que, se você não nos enviar nada, iremos continuar nosso trabalho. Mas ele seria mais completo, e mais prazeroso, se você nos enviasse um e-mail.

Ciência e salário

Agradeço a publicação no Adverso de março do meu artigo "A ciência e o salário do medo". Parece que desta vez o Governo está cedendo. Um abraço, Sírio Lopez Velasco.

DEAD LINE

Dia da Mentira

Enquanto a Universidade pública acumula perdas milionárias em seu orçamento, a comunidade acadêmica das 52 instituições federais de ensino superior (Ifes) tenta achar uma saída para se discutir os reflexos do sucateamento lento e gradual. No dia 1º de abril, professores, funcionários e alunos da Ufrgs fizeram duas horas de paralisação e reuniram-se na Tribuna Universitária, no campus central. Em um ato-show promovido pela Adufrgs, Assufrgs e Diretório Central de Estudantes (DCE), foi lançado o Fórum em Defesa da Universidade Pública.

A parada programada para se estender das 10 horas ao meio-dia contou com menos de duzentas pessoas, quase todas estudantes universitários e secundaristas. Como não podia deixar de ser, eles acabaram roubando a cena na manifestação ao improvisar discursos inflamados baseados no Dia Nacional contra a Mentira na Educação. Entre uma palavra de ordem e outra, um cantor e seu violão animavam o público.

Faltando meia hora para encerrar a paralisação programada na Ufrgs, os adolescentes passaram a exigir que todos fossem se juntar à manifestação de dezenas de alunos que ocorria em frente ao Palácio Piratini. Representantes da Adufrgs e da Assufrgs fincaram pé porque a carta que lançaria oficialmente o Fórum ainda não havia sido lida. "Aqui dentro do campus, todo mundo já conhece a situação da universidade", dizia um estudante que queria levar a manifestação para a rua. Os gritos dos adolescentes foram mais fortes e acabaram ganhando a discussão. Depois da leitura do manifesto, os alunos esvaziaram o ato e saíram em passeata para a Praça da Matriz, no centro de Porto Alegre.

AD
VERSO
Publicação
quinzenal
Impresso em
Papel Ecograph
Tiragem :
4.500 exemplares

Edição: Silvanio Mariani
Reportagem: James Görgen
Estagiária: Fabrícia Osonai
Programação Visual: Gilmar Fraga
Diagramação: Kátiuscia Lemos
Revisão: Jorge de Barbosa

Diretoria

Presidente: Renato de Oliveira; 1º Vice-Presidente: Carlos Schmidt; 2º Vice-Presidente: Lúcio Hagemann; 1º Secretário: Eloína Prati dos Santos; 2º Secretário: Jorge Ducati; 1º Tesoureiro: Mário Brauner; 2º Tesoureiro: João Vicente Silva Souza; 1º Suplente: Benedito Tadeu César; 2º Suplente: Ricardo Jacobi.

ADufrgs
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

Seção Sindical do ANDES-SN. Rua Otávio Corrêa, 45. Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

DESEMPREGO

Pólo de Triunfo corta empregos pela metade

James Görgen

Com a privatização, as empresas do Pólo Petroquímico de Triunfo deixaram de contratar trabalhadores com carteira assinada para apostar na terceirização. Resultado: relações precarizadas e funcionários acumulando funções renderam mais trabalho e menos remuneração.

Nos últimos nove anos, o Pólo Petroquímico de Triunfo demitiu metade de seus funcionários. Para realizar o trabalho dos antigos empregados, os administradores contrataram prestadoras de serviço que passaram a terceirizar mão-de-obra. Os postos desocupados nas oito empresas que compõem o complexo industrial não foram totalmente preenchidos novamente. De acordo com um levantamento feito pelo Sindipolo a partir das homologações de rescisões no período de 1989 a 1997, o número de funcionários ligados diretamente à Central de Matérias-Primas e às indústrias da 2ª geração petroquímica passou de 4.023 para 2.056. Um corte de 49,9%.

Para os dirigentes sindicais, a transformação ocorrida em Triunfo nos últimos anos foi acelerada depois do processo de desestatização, concluído em 1992. "Privatização sempre rima com demissão e precarização das relações de trabalho, como acontece na terceirização", condena o diretor-executivo do Sindipolo, Jorge Koch. Do enxugamento de 1.967 vagas realizado em nove anos, 1.209 postos foram fechados depois que os grupos privados assumiram o processo de produção das matérias-primas do plástico.

Agência RBS

Algumas empresas sofreram cortes profundos. Pelos registros do sindicato, a Petroflex chegou a enxugar 80,1% do seu quadro (419 para 83 trabalhadores) para investir na terceirização. Assim como os sindicalistas, o engenheiro da área de contratos da empresa,

Volmar Oliveira, atribui a forte redução de pessoal ao processo de modernização ocorrido após a privatização. "Não fizemos nada de especial em termos de tecnologia, apenas passamos pelo mesmo processo de reestruturação das demais empresas do pólo", explica. "Nosso enxugamento foi maior porque talvez a empresa tivesse mais funcionários do que devia no início", considera o executivo. O engenheiro também acredita que o fechamento, em 1996, da unidade da empresa que produzia etilbenzeno tenha causado uma baixa grande nos quadros da Petroflex. Nessa fábrica trabalhavam cerca de 40 pessoas.

Na Petroquímica Triunfo, o Sindipolo apontou o menor número de demissões no período. Foram reduzidos apenas 15,6% dos empregos diretos (275 para 232 funcionários). Mesmo contestando os números da entidade, que não incluiu os funcionários do escritório de Porto Alegre (cerca de 60 pessoas), a indústria confirma que houve um enxugamento de vagas no Pólo. "Com a privatização, as empresas passaram a ser geridas por uma filosofia diferente", analisa o diretor-superintendente da Triunfo, Miguel Lampert.

"Nós terceirizamos apenas a mão-de-obra especializada que não faz parte da atividade-fim da empresa", justifica.

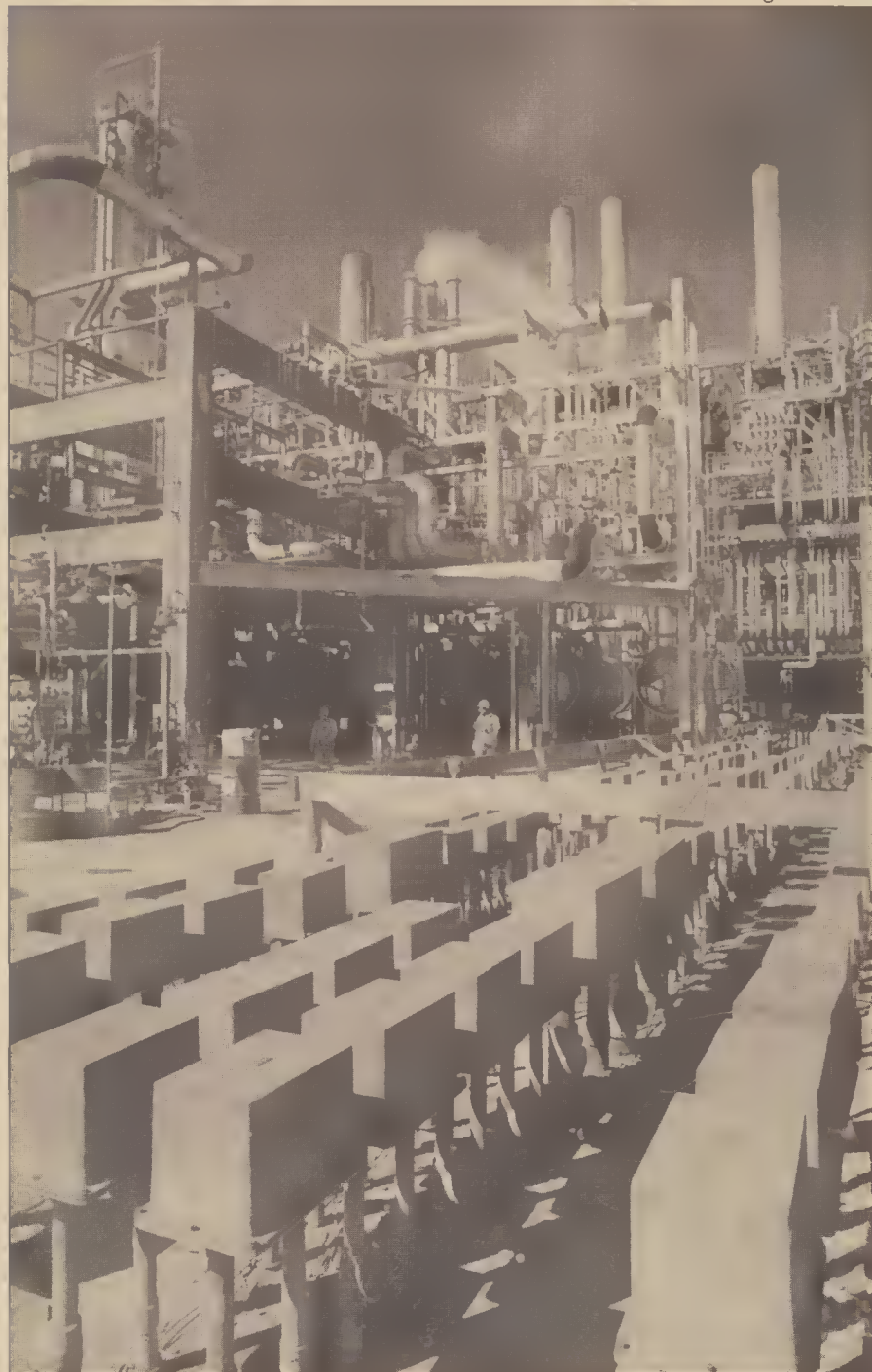
Com a decisão tomada pelo Cade, que impediu a Petroquímica Triunfo de usufruir da matéria-prima disponibilizada com o aumento de produção da Copesul, Lampert prevê que as demissões poderão se acentuar este ano. "Pode haver mais enxugamento", estima.

Segundo ele, a empresa estava mantendo mão-de-obra qualificada para utilizar no projeto de ampliação que durante três anos empregaria cerca de dois mil trabalhadores. Sem o fornecimento da Central de Matérias-Primas, a Triunfo garante que deixará de lado as obras. "A decisão do Cade veio para tirar emprego de gaúcho", considera o executivo.

Corte nas vagas

Ano	Total
1989	4.023
1990	3.656
1991	3.451
1992	3.265
1993	2.727
1994	2.392
1995	2.246
1996	2.017
1997	2.056

Fonte: Sindipolo



Projetos de ampliação também se valem da subcontratação

Sindipolo atribui redução dos funcionários à nova filosofia da gestão privada

O sumiço do emprego direto dentro das oito empresas que compõem o Pólo Petroquímico de Triunfo é atribuído a três motivos principais, na opinião da Diretoria do Sindipolo. Em primeiro lugar, a privatização, que trouxe um elemento novo para empresas acostumadas com a tutela do Estado: a terceirização. "Além dos trabalhadores desaparecerem como dados para estudos, a subcontratação é realizada nas áreas onde o trabalho é mais penoso, mais insalubre e menos protegido pela lei", observa o diretor-executivo do Sindipolo, Jorge Koch.

Com a presença dos acionistas privados, as empresas experimentaram novos modelos de gestão que estabeleceram o acúmulo de funções como norma. Até então, um operador de unidade petroquímica

trabalhava com o apoio de um mecânico, um caldeireiro, um electricista e um instrumentista. "A privatização fez com que o operador, apertado pela demissão, acumulasse estas quatro tarefas sem receber mais pelo trabalho", afirma Koch.

Para completar o cenário em tempos de privatização, investimentos em novas tecnologias substituíram o restante dos empregados que não haviam sido demitidos. Os sindicalistas estranham que todo o ganho de produtividade atingido com a chamada racionalização de processos não tenha retornado ao bolso dos trabalhadores. "Além disso, a terceirização também foi enxuta e não recuperou todos os postos de trabalho cortados", acrescenta o dirigente sindical.

DEU NA MÍDIA

Ministro fritado é ministro sem meias palavras. Trocado por um personagem mais político do que entendido dos problemas da saúde no Brasil (o senador tucano José Serra), o gaúcho Carlos Albuquerque concedeu uma entrevista indignado. Confessou para o jornalista Bob Fernandes, da revista Carta Capital (edição de 1º de abril de 1998), que o imposto sobre o cheque “é um engodo” e, sem a ajuda do video-tape, contou a verdade sobre seu processo de fritura no Ministério da Saúde. O dr. Carlos Albuquerque da televisão, polido e compreensivo, era um, o dr. Carlos Albuquerque entrevistado pela revista do editor Mino Carta, ainda polido mas bem mais franco e verdadeiro, foi outro. Bem menos compreensivo, diga-se de passagem, do que com a maquiagem imposta pelo governo FHC.

Carta Capital — Ministro, o senhor pode esclarecer essa questão da CPMF, o imposto do cheque?

Carlos Albuquerque — O engodo ao povo foi aprovar a CPMF e não dizer que a CPMF era algo que não poderia ser acrescentado....

Carta Capital — O que o senhor está dizendo é que se montou uma farsa?

Carlos Albuquerque — Farsa? Engodo! O que houve foi um acordo para a aprovação. Basta pegar a lei e ver. O que se fez foi trocar uma coisa pela outra, trocar seis por meia dúzia.

O ex-Ministro confirmou o que já se suspeitava, mas que todos os seus antecessores insistiam em desmentir. o Ministério da Saúde está cheio de feudos políticos e panelinhas.

Carlos Albuquerque — Isso aqui era comandado por grupos, por pessoas dentro do Ministério.

Carta Capital — Igrejinhas, guetos de poder?

Carlos Albuquerque — Exatamente. Esses recursos (do Ministério da Saúde) estavam no Fundo Nacional de Saúde, mas quem tomava as decisões eram esses grupos....O que fiz: peguei esse dinheiro, dinheiro do que voce chama de igrejinhas, guetos, coisa de dois bilhões e passei para o PAB.

O Ministério da Aids

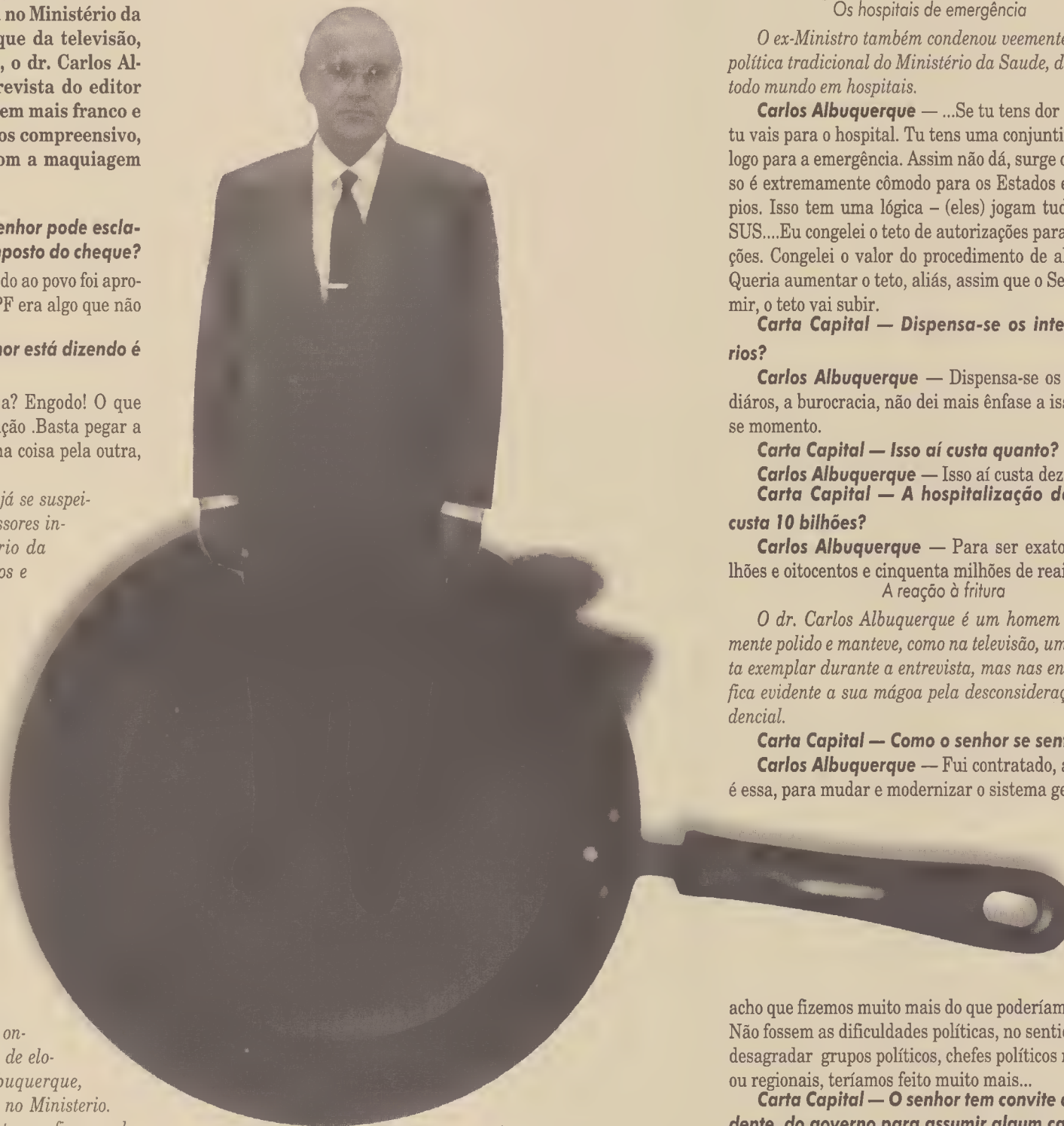
A Carta Capital cita um artigo, onde o jornalista Luis Nassif, apesar de elogiar a atuação do dr. Carlos Albuquerque, aponta a existência de quadrilhas no Ministério. Sem a menor hesitação, o ex-Ministro confirma a denúncia.

Carlos Albuquerque — Quanto às quadrilhas, acho que ele se refere a esses grupos de interesses que vivem da Saúde. Já a Aids, por exemplo, eu chamo de Ministério da Aids. Eles tem tanta autonomia que quase fogem ao controle do Ministério. Por quê? Porque eles tem, nessa coordenação, que é do terceiro ou quarto escalão, uma vinculação muito grande com as ONGs. Quem comanda as políticas da Aids são as ONGs.

Ao contrário do que se pensava, a primeira batalha do dr. Albuquerque no Ministério da Saúde não foi a vacina.

Carlos Albuquerque — ...a primeira foi a Central de Medicamentos. Essa foi fácil porque quanto a CEME e ao INAN houve uma decisão política do Presiden-

O ex-ministro sem retoques



te de acabar com eles. O CEME gastava 650 milhões comprando medicamentos a preço de mercado. Os medicamentos iam para os Estados e ficavam lá depositados, e ficavam lá apodrecendo,... quase sempre sob influência política. Casos de remédio para malária, onde não havia malária e assim por diante.

As "epidemias" de dengue

Uma das revelações mais estupefacentes do ex-Ministro da Saúde foi sobre as epidemias de dengue, que ao que tudo indica não são provocadas apenas pelos mosquitos

Carta Capital — E essa dengue, hein?

Carlos Albuquerque — Não vou ser bobo de dizer que ela não existe, claro que existe e não vamos discutir isso. Mas note que às vezes, os interesses econômicos e políticos se sobrepõem aos interesses da saúde....O povo tem que conhecer isso melhor. Tem den-

gue? Tem, tem, é problema sério mas, muitas vezes, não tem essa dimensão....No Rio de Janeiro a dengue não vai terminar nunca.

Carta Capital: Por que ?

Carlos Albuquerque — Porque existem seis mil e quinhentos funcionários que foram contratados há não sei quantos anos pela Fundação Nacional de Saúde e eram para ser dispensados e nunca o foram. E então, cada vez que vai terminar o contrato deles, surge um surto de dengue.

Os hospitais de emergência

O ex-Ministro também condenou veementemente a política tradicional do Ministério da Saúde, de atender todo mundo em hospitais.

Carlos Albuquerque — ...Se tu tens dor de dente, tu vais para o hospital. Tu tens uma conjuntivite e vai logo para a emergência. Assim não dá, surge o caos. Isso é extremamente cômodo para os Estados e Municípios. Isso tem uma lógica – (eles) jogam tudo para o SUS....Eu congelei o teto de autorizações para internações. Congelei o valor do procedimento de alto custo. Queria aumentar o teto, aliás, assim que o Serra assumir, o teto vai subir.

Carta Capital — Dispensa-se os intermediários?

Carlos Albuquerque — Dispensa-se os intermediários, a burocracia, não dei mais ênfase a isso aí nesse momento.

Carta Capital — Isso aí custa quanto?

Carlos Albuquerque — Isso aí custa dez bilhões

Carta Capital — A hospitalização da Saúde custa 10 bilhões?

Carlos Albuquerque — Para ser exato, oito bilhões e oitocentos e cinquenta milhões de reais.

A reação à fritura

O dr. Carlos Albuquerque é um homem extremamente polido e manteve, como na televisão, uma conduta exemplar durante a entrevista, mas nas entrelinhas fica evidente a sua mágoa pela desconsideração presidencial.

Carta Capital — Como o senhor se sente ?

Carlos Albuquerque — Fui contratado, a palavra é essa, para mudar e modernizar o sistema gerencial e

acho que fizemos muito mais do que poderíamos fazer. Não fossem as dificuldades políticas, no sentido de não desagradar grupos políticos, chefes políticos nacionais ou regionais, teríamos feito muito mais...

Carta Capital — O senhor tem convite do Presidente, do governo para assumir algum cargo fora do País?

Carlos Albuquerque — Tenho duas sondagens de organizações internacionais ligadas à saúde, mas não são instituições governamentais e o governo não tem nada com isso. Por enquanto, o que vou fazer é voltar para a universidade, no Rio Grande do Sul...

Carta Capital — Resta um mistério. Por que o senhor está saindo, por que foi fritado?

Carlos Albuquerque — Isso quem pode responder é o Presidente da República. Enquanto Fernando Henrique não responde, (por sinal evitou cuidadosamente o assunto à posse do novo Ministro José Serra), o melhor é ler a entrevista completa do ex-Ministro da Saúde na revista CARTA CAPITAL, de 1º de abril, que está nas boas bancas de Porto Alegre desde segunda-feira.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Há algum tempo, pareceria doação ou subsídio puro e simples. Oferecer recursos públicos, inclusive a fundo perdido, para empresas privadas desenvolverem projetos científicos de aplicação discutível não fazia parte dos manuais de operação dos órgãos de financiamento da pesquisa brasileira. Os anos se passaram e esta prática começa a ser defendida como estratégia imprescindível para a sobrevivência da ciência e tecnologia nacional. No lugar de discutir a omissão do setor empresarial no investimento em pesquisa pura e aplicada, algumas fundações tomaram para si esta obrigação. Aos poucos, começam a convocar empresas para cumprir o seu papel.

O primeiro passo foi dado pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs). Há mais de cinco anos, o programa "Interação Universidade-Empresa" garante recursos para projetos empresariais que possam ser desenvolvidos em conjunto com instituições científicas e o meio acadêmico. "A fase do individualismo já passou. A execução de um projeto tem de ser acompanhada por quem tem experiência", considera o diretor-científico da Fapergs, Carlos Daut.

Trilhando quase o mesmo caminho, no ano passado a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (Fapesp) criou o Programa de Inovação Tecnológica em Pequenas

Empresas (Pipe). O diretor-presidente do órgão, Francisco Landi, confessa que foi pego de surpresa pela demanda por recursos a fundo perdido para desenvolvimento de projetos em empresas de até 100 funcionários. "Eu imaginei que receberíamos uma meia dúzia de propostas. Foram mais de 80, das quais aprovamos 31", afirma.

A surpresa de Landi foi maior quando ele olhou os títulos dos projetos e percebeu que muitas pesquisas poderiam ser desenvolvidas em qualquer Universidade. "Havia uma demanda de inovação muito forte", garante. "Prova de que as empresas estão fazendo pesquisa", entende.

Com o programa da Fapesp, o professor de filosofia política da Unicamp, Roberto Romano, enxerga que pela primeira vez as empresas estão sendo chamadas a cumprirem seu papel. "Antes, era tudo com a Fapesp. Agora, as empresas se responsabilizam pela continuidade e compromisso social destes projetos", compara Romano. "Experiências como essa produzem um baque de tecnologia na indústria nacional", espera o professor.

Só que a inovação não acontecerá, na opinião de Romano, se não houver controle e transparência na aplicação dos recursos. "O financiamento a fundo perdido pode virar uma mamata", alerta ele. Para Romano, que coordena o Fórum Nacional em Defesa da Ciência e Tecnolo-

Fundações financiam a pesquisa privada

Foto divulgação



Fapesp lançou seu programa de apoio às empresas em julho de 97

gia, o acompanhamento destes projetos e das próprias fundações deveria ser feito por uma instância pública.

O professor da Unicamp acredita que realizar esta fiscalização e firmar parcerias com empresas privadas é a única forma do país não virar refém da tecnologia produzida no exterior ou sucatear seu parque industrial. "A Fapesp tem consciência de que a comunidade científico-tecnológica é muito pequena e não dará conta das necessidades para os próximos 100 anos".

Existe um primo rico na América do Norte

O Pipe possui um primo rico que nasceu nos Estados Unidos. É o Small Business Innovation Research (SBIR), programa criado por uma lei do Congresso norte-americano e mantido pelas agências governamentais de fomento à pesquisa, que concedem de 2,5% a 5% de seu orçamento para financiar o desenvolvimento de projetos científicos. Ao contrário do seu primo pobre de São Paulo, que tem de se virar com R\$ 2,5 milhões, o SBIR possui uma dotação superior a US\$ 100 milhões anuais.

Demanda do Pipe superou o cálculo de seus criadores

O Programa de Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas (Pipe) é o braço da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) dentro de organizações com até 100 funcionários que possuam projetos capazes de gerar competitividade na área de ciência e tecnologia. Com orçamento definido em R\$ 2,5 milhões por ano, o Pipe tem uma diferença básica em relação a todos os demais programas voltados ao financiamento da pesquisa brasileira. Os recursos a fundo perdido são sempre liberados a um pesquisador que deve estar vinculado à empresa.

Uma das principais vantagens do Pipe para empresas com pouco capital de giro é a não obrigatoriedade de se apresentar uma contrapartida para o crédito. Os recursos são concedidos sem que nenhum aporte financeiro seja dado como garantia. As solicitações são encaminhadas duas vezes por ano: sempre em 30 de junho ou 30 de novembro.

Mas a verba não sai tão facilmente dos cofres do Estado de São Paulo. O Pipe é dividido em três fases. Na primeira, o pesquisador tem seis meses para demonstrar a viabilidade técnica do seu projeto. Para isso, recebe um financiamento limitado em até R\$ 50 mil. Com o resultado

Projetos aprovados em São Paulo

Área	Nº de projetos	Solicitação (R\$)	% partic. total
Administração	1	48.000,00	1,0
Agrárias	4	176.067,00	3,6
Arquitetura e Urbanismo	1	50.000,00	1,0
Biológicas	5	872.309,00	17,8
Computação	4	186.394,00	3,8
Engenharia	27	3.191.002,31	65,2
Física	1	49.000,00	1,0
Geociências	2	78.222,63	1,6
Humanas e Sociais	1	0,00	0,0
Matemática	1	31.230,00	0,6
Química	1	45.500,00	0,9
Saúde	2	167.080,00	3,4
Total	50	4.894.804,00	100,0

Fonte: Fapergs

da pesquisa, a idéia passa para a etapa de desenvolvimento, que pode durar até 24 meses. Nesta fase, o limite de crédito do projeto é de R\$ 200 mil. Se o trabalho mostrar eficácia, o pesquisador deverá buscar a criação de novos produtos baseado no resultado da pesquisa realizada nas etapas anteriores. A Fapesp não dará apoio financeiro para o desenvolvimento dos produtos, mas pode colaborar na busca de recursos de outras fontes.

Recursos da Fapergs são mais controlados

Pioneiro no financiamento de empresas de qualquer porte, o programa "Interação Universidade-Empresa", conduzido pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), está em seu oitavo edital. Dos 85 projetos inscritos no ano passado, 43 foram selecionados e já estão recebendo recursos anuais que chegam a R\$ 2 milhões. Ao contrário do Pipe, nenhum centavo é concedido a fundo perdido. Os projetos devem se desenrolar ao longo de dois anos. Ao final deste prazo, os recursos devem voltar aos cofres públicos. "Nunca passou pela nossa cabeça a liberação de recursos a fundo perdido", afirma o diretor-científico da Fapergs, Carlos Daut.

Sendo parte de uma instituição que convive com um orçamento dez vezes menor do que o da fundação paulista, o IUE possui prerrogativas que o tornam mais burocrático e rígido. A principal delas é a obrigação de que uma universidade ou instituto de pesquisa participe do desenvolvimento do projeto. "Todos os equipamentos ficam dentro das instituições", esclarece Daut. "Com esta obrigação, estamos colocando o pesquisador e o seu instituto em contato direto com o setor empresarial", garante.

A falta de recursos também faz o órgão público exigir da empresa uma contrapartida mínima de 10% sobre o valor financiado. Segundo Daut, na média, este retorno é de 25% dos recursos. Com isso, a Fapergs tem a segurança de que as empresas aplicarão a verba nas áreas pesquisadas.

CRISE NO ENSINO PÚBLICO

Silvanio Mariani

Cena 1: Assembléia dos professores da Ufrgs, 17 de março de 1998. Contrariando orientação nacional de paralisar atividades por dois dias, cerca de 80 professores da Ufrgs decidem interromper suas funções apenas no dia 19. O dia é marcado por fraca participação docente nas ações de "mobilização".

Cena 2: Nova assembléia no dia 26, quando é rejeitado o indicativo nacional de greve por tempo indeterminado a partir do dia 31. O número de participantes não chega a 100.

Cena 3: Dia 27, Brasília. A Reunião do Setor das Federais, instância deliberativa que reúne as universidades federais no sindicato nacional das associações docentes (Andes), decide deflagrar greve por tempo indeterminado a partir do dia 31. Das 52 instituições federais de ensino superior, estavam representadas apenas 30. Destas, 17 foram a favor da greve, cinco contra e nove se abstiveram.

Pausa: 14 de março de 1996. Assembléia com a presença de quase 300 professores da Ufrgs decide marcar greve para o dia 20. Decisão nacional transfere a deflagração para 16 de abril, de olho na greve geral dos servidores públicos federais. Professores da Ufrgs mostram-se indignados com a direção nacional em face do atraso. Nova assembléia com cerca de 200 pessoas, no próprio dia 16, decidiu pela greve imediata. A reivindicação principal era reajuste de 46,19%.

Cena 4: Dia 31 de março de 1998, assembléia dos professores da Ufrgs. Dos 160 participantes, apenas 13 votam favoravelmente à greve. A maioria absoluta não deseja parar por tempo indeterminado. Decidem suspender as atividades de ensino por uma semana, em data a ser definida.

Os cenários descritos acima refletem o estado de ânimo do professor universitário na grande maioria das universidades federais do país. Até um passado recente, a greve era a forma predileta para reagir ao tratamento dispensado pelo governo aos professores e às universidades. Muita coisa mudou no mundo do trabalho, afirmam os teóricos. Inovações tecnológicas, internacionalização dos mercados, variação do esforço físico para o intelectual e desemprego estrutural transformaram radicalmente noções como "relação entre capital e trabalho". O próprio corpo docente modificou-se muito nos últimos dez anos com o ingresso de jovens professores mais preocupados com a carreira acadêmica do que com o tipo de universidade em que vão dar aula. Hoje, a palavra greve causa arrepios na maior parte da população universitária.

Os professores reivindicam um reajuste de 48,65%, equivalente às perdas salariais entre janeiro de 1995 e dezembro de 1997

verno a atender suas reivindicações. A tônica tem sido a desmotivação, o desânimo e a falta de perspectiva que percorre os corredores de faculdades e laboratórios. O movimento docente parou. E não foi para protestar.

Motivos não faltam para interromper o trabalho, repita-se. Mas os professores mantêm-se, no máximo, perplexos com o **arrocho salarial** que já dura mais de três anos enquanto as 52 Ifes encontram-se em estado terminal. O orçamento global para as Ifes, em 1998, deverá sofrer uma redução de R\$ 383 milhões só para a rubrica de pessoal, enquanto a de capital sofrerá um corte de mais de 600% despencaando de R\$ 30,9 milhões para R\$ 4,2 milhões. A proposta orçamentária do governo reduz em 8,2% as dotações orçamentárias para 1998. No RS, a Ufrgs precisa de uma suplementação orçamentária de R\$ 150 milhões para fechar suas contas. Caso contrário, uma das mais importantes universidades federais do país não terá dinheiro sequer para pagar as

contas de água e luz. Tantas dificuldades dilapidam a estrutura física da instituição e a situação de penúria salarial provoca a fuga dos pesquisadores que representam o grande patrimônio da universidade.

Greve - Mas se não há quem duvide de que as relações de trabalho modificaram-se ao compasso das mudanças nas relações de produção, a mesma sintonia inexistente quanto à forma de encarar a nova situação. Para muitos sindicalistas, cruzar os braços ainda é o remédio adequado para o mal chamado governo federal. Até o fechamento desta edição, 20 associações de docentes deflagraram greve por tempo indeterminado a partir do último dia 31, totalizando 18 instituições de ensino superior. Na pauta de reivindicação estão: reajuste emergencial de 48,65% dos salários referente ao período de janeiro de 95 a dezembro de 97, abertura de **novas vagas** para docentes, não-redução dos quadros funcionais e retirada do Programa de Incentivo à Docência na Graduação. E até mesmo nas universidades que aderiram à greve o quadro da paralisação é bastante variado. Enquanto na Federal de Minas Gerais 411 professores assinaram a lista de presença na assembléia que discutiu o assunto, na Federal de Rondônia somente 36 pessoas participaram da assembléia e decidiram que a universidade entraria em greve. Para o Andes, o percentual de grevistas chega a 70%. Segundo Fernando Pires, vice-presidente da entidade, "a adesão ao movimento, em todo o Brasil, é muito forte".

Para o MEC, apenas 15 universidades estão paradas e "de forma parcial", conforme anunciou Abilio Baeta Neves, secretário de Educação Superior. O MEC olha a greve, dá de ombros e afirma que nada pode fazer pela questão salarial porque o assunto é de competência dos ministérios da Administração e da Fazenda. Com relação à política de pessoal, anuncia a liberação de concursos para 2,1 mil novos professores. Para o vice-presidente da Andes, a iniciativa do governo é inócua, já que para cobrir o déficit de professores nas Ifes seria necessária a abertura de 6,5 mil vagas.

Efeitos - Seja por greve ou pela simples estagnação, uma parada do movimento docente da Ufrgs não surtiria efeitos imediatos sobre a rotina da população gaúcha. Os moradores de zonas carentes da periferia de Porto Alegre certamente sentiriam falta do Projeto Extra-Muros, que presta assistência social multidisciplinar a cerca de 47 comunidades nas Vilas Grande Cruzeiro e Glória, beneficiando em torno de 160 mil pessoas. Ou ainda o Serviço de Assistência Jurídica, que já beneficiou mais de 20 mil pessoas nos últimos sete anos, regulamentando a posse de terrenos ocupados por famílias nas vilas carentes de Porto Alegre. Isso sem falar das atividades junto a assentamentos em vários municípios gaúchos onde são tratadas questões como desenvolvimento agropecuário, saúde do trabalhador, educação e formação de recursos humanos para o meio rural, envolvendo mais de 20 unidades de ensino superior.

Perderia também a Prefeitura da Capital, que mantém diversos convênios com a Ufrgs. Os acordos envolvem pesquisas e desenvolvimento de projetos nas áreas de Saúde, Tecnologia, Educação e Saneamento. Os carros-chefes são conhecidos. Basta citar a Incubadora Tecnológica, Tecnopole e o Atlas Ambiental. Mesmo assim, uma parada da Ufrgs não teria reflexo imediato sobre esses trabalhos. "A Universidade parando, não pára a Prefeitura", admite a assessora de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo do Gabinete do Prefeito, Lenora Ulrich.

Com descaço e falta de participação, o movimento docente terá que se mexer muito para sensibilizar a sociedade em favor da causa da universidade pública.

Um espectro ronda as universidades

O quadro é nada animador: professores há mais de três anos sem reajuste salarial, redução de verbas para pesquisa, perda de pessoal capacitado e falta de recursos para manutenção de faculdades, laboratórios e hospitais universitários. A universidade pública brasileira agoniza e a comunidade acadêmica está perplexa. O governo firma posição de não conceder aumento de salário e convida as universidades a saírem de pires na mão em busca de recursos. Na outra ponta, o sindicato dos professores universitários invoca a greve como única alternativa para encontrar uma luz onde muitos sequer enxergam o túnel. A exemplo do que ocorre na maioria das universidades federais, os professores da Ufrgs se recusam a cruzar os braços. Em assembléias e reuniões pelos campi da universidade, os docentes discutem a validade da greve como instrumento eficaz de pressão e consideram pífios os resultados das últimas paralisações.

O MEC informou que vai abrir concurso público para contratar 2,1 mil professores ainda este ano. O Andes diz que é necessário o triplo.

Via Internet, docentes rejeitam a greve e o PID

Divididos entre a necessidade de reajuste salarial e a manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a maioria dos professores da Ufrgs não está disposta a utilizar a greve como instrumento de pressão ao governo. Esta é a opinião que impera na **consulta informal** feita pelo jornal Adverso junto a 155 docentes. Uma mostra da falta de disposição e participação da categoria no movimento sindical está no resultado do próprio levantamento: do total de professores consultados por e-mail, até o dia 3 de abril, apenas 71, ou menos da metade, responderam. Deste número, 40 eram contrários à greve, 24 a favor e 7 estavam em dúvida.

Entre mensagens frias e distantes contendo um simples "Não" à greve até discursos eletrô-

nicos inflamados a favor da radicalização das manifestações, a posição dos professores é distinta. Quem é contra tem em mente a convicção de que não existe clima para greve e de que é preciso pensar novas formas de mobilização. Quem está a favor entende que a greve pode ser uma saída, mas sempre como último recurso.

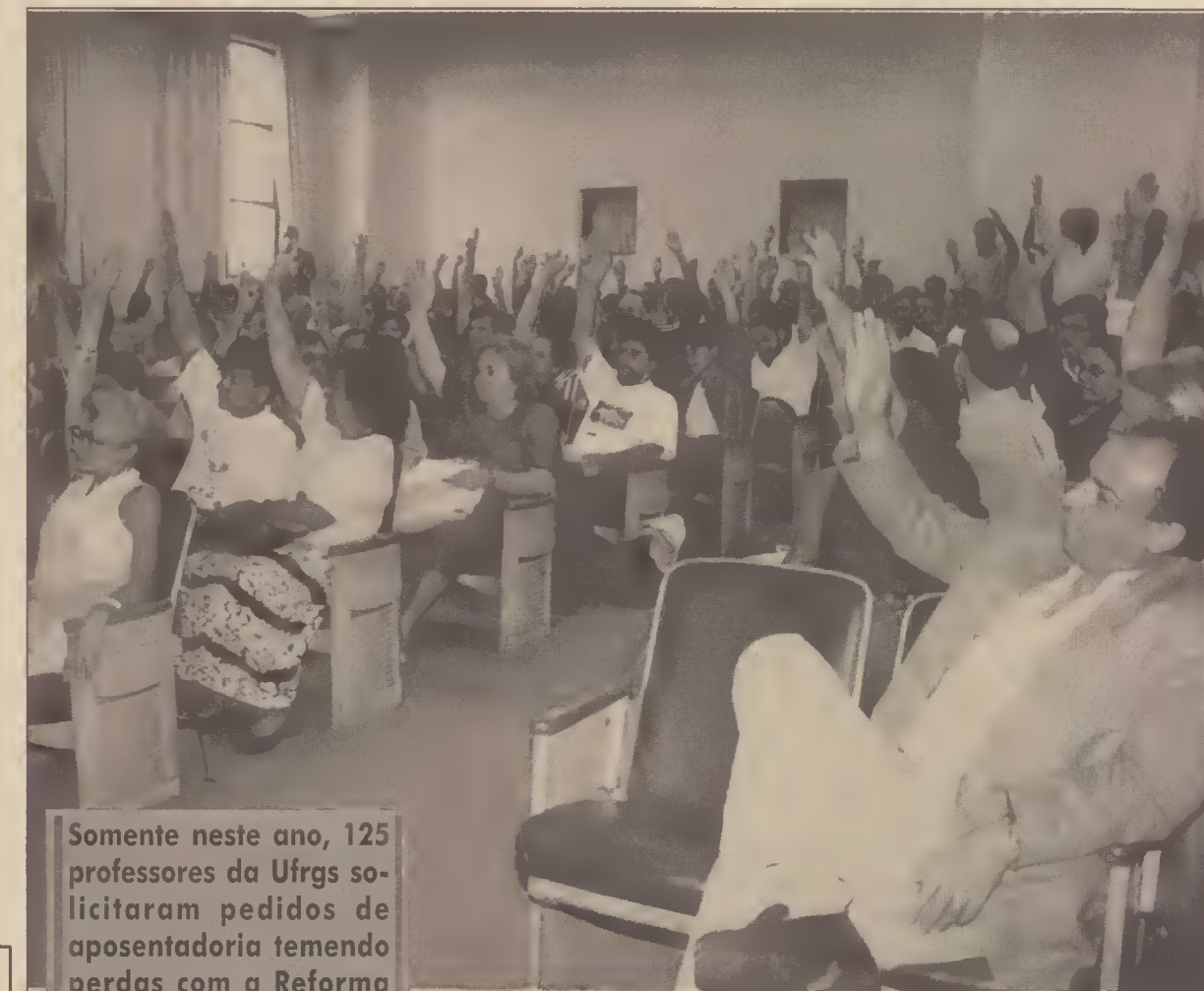
Sugestões não faltam. "Intensa propaganda nos meios de comunicação que mostre nosso trabalho e utilidade social, parando uma unidade por semana", mostram contracheques e estados das salas de aula para a comuni-

dade são apenas algumas das idéias enviadas pelos professores.

Se estão divididos sobre a greve, os professores parecem saber bem que o Programa de Incentivo à Docência (PID), criado pelo governo federal, pode trazer consequências negativas. Por telefone, o Adverso consultou todos os 94 chefes de departamentos das 27 unidades da Ufrgs e constatou um dado conhecido empiricamente: 56%

dos professores da Ufrgs rejeitam o PID e outros 25,1% ainda não haviam avaliado a proposta do MEC. **(colaborou Fabricia Ossanai)**

Em 150 consultas, apenas 69 professores responderam. Deste número, 38 eram contrários à greve, 24 a favor e 7 estavam em dúvida.



Somente neste ano, 125 professores da Ufrgs solicitaram pedidos de aposentadoria temendo perdas com a Reforma da Previdência

Maioria nas assembléias rejeita greve

Secretário de Ensino Superior não acredita na greve dos docentes

Há perspectiva de reajuste salarial para os professores universitários?

Abílio — O governo não vê a possibilidade de um reajuste salarial geral e linear. Não há nenhuma disposição de implementar reajuste geral para o funcionalismo público

Abílio Baeta Neves, secretário de Educação Superior do MEC, concedeu esta entrevista ao Adverso poucos dias antes da deflagração da greve

neste momento. Pode ser que mu- de, não sou eu que controlo. O MEC tem clareza sobre a situação das universidades e transmite isso para o conjunto do governo. O MEC diz claramente que se essa não é uma questão aberta pelo governo, e como o Ministério da Educação é parte do gover- no, ele respeitará essa posição.

E se a greve for deflagrada?

Abílio — Eu não acredito que isso aconteça e espero que assim seja. Numa greve você sabe que existem interlocutores no governo que passam a tomar decisões. Vejo que uma greve não será útil a ninguém. Estamos num ano eleitoral e uma mobilização política como a greve altera a própria percepção das reivindicações. Tenho certeza de que não há clima para uma greve. **Como o MEC vê a rejeição dos professores ao PID?**

Abílio — A rejeição ao Programa tem a ver com a confusão criada em torno do reajuste salarial, que nada tem a ver com o Programa de Incentivo à Docência. Ele é um simples estímulo através de bolsas. Isso acaba significando uma diferenciação de remuneração, é óbvio. Desde o começo eu tenho conversado com reitores e visitado diversas universidades e entendo que, entendido o programa como

mais um recurso às universidades e ao ensino de graduação, eu tenho visto receptividade. Nós temos hoje, pelo menos, 10 universidades que estão em mobilização intensa para encaminhar a implementação das bolsas e dos recursos que vêm com elas.

Mas a maioria dos reitores, através da Andifes, tem rejeitado o programa...

Abílio — Na reunião que eu tive com os reitores, em Belo Horizonte, ficou claro que há um conjunto de universidades que rejeitou o programa. Esse conjunto de universidades deixou claro que não concorda com a bolsa, não quer e não vai implantar o programa. O PID não tem um caráter impositivo. O MEC quer ajudar e não vai obrigar às mudanças no ensino, mas esse conjunto que rejeita não vai ser beneficiado. O que o programa quer é exatamente que cada universidade construa o seu projeto de desenvolvimento de ensino onde estar na sala de aula na graduação é um dos componentes, não é o mais importante. O mais importante é desenvolver projetos que ajudem a melhorar o ensino.

O MEC está disposto a reformular o Programa?

Abílio — Não, porque o que temos é um instrumento criado que é a bolsa. O programa será feito por cada universidade. Cada universidade vai compor o seu programa dizendo nós queremos isso do MEC, etc. Tudo nós podemos conversar.

O MEC diz que a questão salarial não é de sua competência. A decisão está com os Ministérios da Administração e da Fazenda

Acesso à Internet fica mais fácil e rápido aos professores da Ufrgs

A Adufrgs vai colocar os professores associados nas ondas da Internet por um custo que é uma lição de economia. O provedor Adufrgs – uma iniciativa da Adufrgs e do CPD da Ufrgs – oferece aos associados da entidade acesso à Internet com baixo custo e alta qualidade. Por qualidade entende-se grande taxa de sucesso na conexão com o servidor e boa velocidade de transmissão. Para tanto, foram adquiridos pela Adufrgs equipamentos de última geração (processador de comunicações e modems) que foram instalados no CPD e por ele serão gerenciados.

As vantagens

☆ velocidade de acesso: os provedores comerciais estão conectados à Internet através da rede telefônica, que tem uma taxa de transmissão de informações mais limitada. Neste caso, o usuário liga-se à rede através de duas conexões telefônicas: uma até o provedor comercial e outra deste até a Internet. O provedor Adufrgs está diretamente ligado à Internet, o que aumenta a velocidade de resposta para o usuário.

☆ disponibilidade de conexão: o sucesso na tentativa de iniciar uma sessão junto ao provedor está relacionado com o número de usuários por linha telefônica e com o tempo médio gasto. Muitos usuários por linha e sessões, em média muito longas, implicam numa baixa disponibilidade do servidor. Para garantir boa disponibilidade de acesso, a Adufrgs vai limitar o número de usuários por linha e desestimular o uso intensivo por meio de uma taxa especial.

☆ o usuário tem direito a 20 horas mensais gratuitas. Ultrapassando este limite, será cobrada uma taxa de utilização.

☆ suporte técnico do CPD. O associado poderá consultar o CPD com relação a problemas de instalação e uso do serviço.

Como assinar o provedor

O associado deve dirigir-se à sede da

Adufrgs (Rua Otávio Corrêa, 45) e pagar a taxa de inscrição de R\$ 50. A seguir, o futuro navegador deverá se dirigir ao CPD, para fazer o cadastramento e receber sua senha.

Como começar a navegar

Para acessar o provedor é necessário configurar os parâmetros de comunicação do computador adequadamente. O usuário que não dispôr de modem pode consultar o CPD sobre o modelo mais adequado para acesso ao provedor. A configuração e os dados necessários serão fornecidos pelo CPD. Para passear pela WEB, o usuário necessita de um programa navegador. A Netscape, assim como a Microsoft, oferecem navegadores gratuitamente ao público. Se o associado ainda não possuir um navegador, pode encontrá-lo em CD's de revistas especializadas ou requisitar uma cópia junto ao CPD.

Quem usa moderadamente não paga

As primeiras 50 horas de serviço são gratuitas, independente do período de utilização. Esgotada a franquia inicial, o associado entra no regime regular de taxaço:

1ª situação – Associado que se mantiver no limite de 20 horas mensais está isento de taxas relativas ao servidor. O único custo que terá é o da ligação telefônica (é cobrado como uma ligação local, dependendo do horário, segundo as normas da CRT).

2ª situação – Ultrapassando o limite de 20 horas até o máximo de 40 horas, será cobrado R\$ 1 a mais por cada hora que exceder as 20 horas gratuitas.

3ª situação – Quando o usuário exceder as 40 horas mensais será aplicada a fórmula (custo = $0,02 \cdot H^2 - 0,6 \cdot H + 12$, onde H é o número total de horas utilizadas em um mês) e cobrada uma taxa pesada, que visa desestimular o uso intensivo da rede, mantendo assim a qualidade de acesso. A cobrança será realizada sempre que o custo acumulado ultrapassar o limite de R\$ 20 reais.

DITOS & PITOS



“ A Disney World das esquerdas. ”

Sérgio Augusto, jornalista brasileiro (1942), referindo-se a Cuba

“ Boris, você me prometeu que não faria essa pergunta! ”

FHC, em cadeia nacional de TV durante campanha pela Prefeitura de São Paulo, em 1985, ao ser perguntado pelo jornalista Boris Casoy se acreditava em Deus.

“ Qualquer idiota é capaz de pintar um quadro, mas só um gênio é capaz de vendê-lo. ”

Samuel Butler, escritor inglês (1835-1902)

AD NAUSEAM



Observatório



ONGs versus trabalho infantil

Preocupadas com a manutenção de um fórum permanente de desenvolvimento de iniciativas contra a exploração do trabalho infantil, diversas instituições públicas e organizações não-governamentais (ONGs) vinculadas à educação criaram o projeto “A Escola e o Combate à Exploração do Trabalho Infante-Juvenil”. No dia 31 de março, uma reunião realizada na Pró-Reitoria de Extensão (Prorext) da Ufrgs, na qual participaram representantes do Cpers, Sinpro, Comissões de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Porto Alegre e da Assembléia Legislativa, Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e outras entidades, traçou as primeiras metas do programa que pretende pensar uma política permanente de programas e pesquisas contra o trabalho infantil.

Uma das principais ações do projeto é desenvolver um banco de dados com todas as ONGs que participaram da mostra “Trabalho Infantil no Campo”, realizada em novembro do ano passado. Com a produção de publicações, o grupo pretende reunir material para embasar futuras pesquisas. “Queremos manter atenção permanente sobre esta questão, para reduzir o número de crianças e adolescentes que ficam fora da Escola”, afirma a coordenadora do Projeto Extra-Muros da Prorext, Laura Souza Fonseca.

Os interessados em manter contato com o grupo podem telefonar para a Prorext (051.316.3977) ou enviar uma mensagem para lfonseca@edu.ufrgs.br.

Tempo é dinheiro

Na pressa de encerrar todo o processo licitatório da banda B da telefonia celular, o ministro Sérgio Motta vem surpreendendo até mesmo os participantes das concorrências nas cinco áreas que ainda não foram definidas até o início do mês de abril. O consórcio Tess, vencedor da área 2 (interior de São Paulo), teve de reunir R\$ 530 milhões em apenas três dias para dar o sinal de 40% e assinar o contrato de concessão. Pelo edital, o grupo teria dez dias, renováveis por mais dez.

A pressa de Motta se explica: no dia 7 de abril, um ano depois da abertura dos editais, os consórcios que não tiveram suas propostas aprovadas teriam de reajustar os valores oferecidos pelas áreas em 20%. Como qualquer problema na licitação de uma área emperra o processo das seguintes, muitos consórcios desistiram da disputa antes dos envelopes serem abertos.

“Provão” em lugar do Vestibular

Em agosto, o governo federal promete lançar o Exame Nacional do Ensino Médio como alternativa ao Vestibular. O “Provão do Segundo Grau” será optativo aos formandos de todo o país. A partir de 1999, as notas serão utilizadas por algumas instituições de ensino superior como critério de seleção em lugar do vestibular. O Ministério da Educação não adiantou se os resultados das provas serão usadas também para avaliar a qualidade do ensino prestado pelas escolas de Segundo Grau.

Assim como no início da aplicação do Provão nas universidades, o MEC acabou decepcionado ao fazer um pré-exame, no ano passado, em escolas secundárias da rede pública de nove estados. A média de acertos não ultrapassou 40%. Segundo a presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Maria Helena Castro, este desempenho regular dos estudantes tem origem na falta de leitura, no despreparo por parte dos professores e na falta dos próprios docentes.

DATA VENIA

Professor, a partir desta edição suas dúvidas em relação à carreira e aposentadoria serão esclarecidas pelos advogados trabalhistas do escritório Genro, Coelho, Camargo & Maineri. Baseados em seu problema, os consultores jurídicos da Adufrgs fornecerão informações e indicarão saída para casos similares de dezenas de outros docentes. Antes de tomar uma decisão que afetará seu futuro, escreva para a redação do jornal Adverso.

Tribunal de Justiça gaúcho descumpre decisão do Supremo ao privatizar varas

Quem imaginava que a privatização fosse privilégio exclusivo de setores considerados pelo Governo como não-essenciais, atingindo apenas empresas estatais, pode ter uma surpresa.

Foi acolhida recentemente pela 1ª Câmara Constitucional e Infraconstitucional da Procuradoria Geral da República, em Brasília, a representação oferecida pelo Sindicato dos Servidores da Justiça do Rio Grande do Sul (Sindjus), através de sua assessoria jurídica, na qual denuncia a inconstitucionalidade do Ato nº 14/96 do Presidente do Tribunal de Justiça do RS.

Por meio desse ato, o Tribunal de Justiça do Estado (TJE) instalava varas judiciais sob o regime privatizado de custas no interior do Estado. Neste regime privatizado, as serventias cartoriais são ocupadas por escrivão que recebe sua remuneração com base em percentual da arrecadação das custas pagas pelo jurisdicionado. É, literalmente, um bom negócio. Melhor ainda para o escrivão que tem total liberdade de empregar em seu cartório quem ele bem entender, pagando o que bem qui-

ser. Logo, lucro alto, custo baixo.

Não interessa, por hora, fazer uma análise pormenorizada das razões que levam a cúpula da Justiça gaúcha a optar por este regime. Interessa, isto sim, saber se este regime não é incompatível com a relevância que a Constituição da República dá para uma Justiça preferentemente estatal. Diz o artigo 31 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: "Serão estatizadas as serventias do foro judicial, assim definidas em lei, respeitados os direitos dos atuais titulares".

O Sindjus denunciou o ato, já que a Lei 10.544, que autorizava o TJE a privatizar cartórios, teve sua eficácia suspensa através da Adin 1498. Entendendo que a Constituição da República privilegia o sistema público de Justiça e não o contrário, o Supremo Tribunal Federal (STF) deferiu pedido liminar de suspensão dos efeitos dessa lei.

Ainda assim, o TJE prosseguiu com a política privacionista, desrespeitando a decisão da Corte Suprema. Não bastando a edição do Ato 14/96, a Assembléia Legis-

lativa aprovou Projeto de Lei criando outras varas, também sobre o regime privatizado.

Acolhendo a tese do Sindjus, que a Lei que teve sua vigência suspensa era de eficácia geral (já que outorgava poderes genéricos ao TJE para proceder à reversão do regime de custas) e que, portanto, seria inconstitucional outras leis de eficácia reduzida com o mesmo intuito, a Procuradoria da República aprovou o ingresso de nova Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva, motivada pelo Ato de Instalação nº 14/96.

Assim opinou o Sub-procurador Geral da República, Dr. Wallace de Oliveira Bastos: "Primeiramente, cabe assinalar que o julgamento da Adin nº 1498 ocorreu em 12.9.96, ou seja, antes da publicação do Ato hostilizado, o que se deu no Diário Oficial do Estado de 29.11.96. Desta for-

ma, a ação interventiva, prevista no art. 36, inciso II, combinado com o art. 129, inciso IV, ambos da Constituição Federal, é aconselhada para assegurar a observância e prevalência da jurisdição da Suprema Corte".

Com isso, a Procuradoria deveria ingressar no Supremo Tribunal Federal com

dois pedidos: um pedido de intervenção federal no Estado, por desrespeito àquela decisão proferida na Adin

1498-6 e outro pedido, de nova Adin com relação à posterior legislação que criava novas varas, sob o regime privatizado de custas.

Para sorte do governo estadual e azar da Constituição, o processo encontra-se com o Procurador-Geral da República, cargo escolhido pelo Presidente da República, cujo cabo eleitoral no Rio Grande do Sul ...etc

" Neste regime, as serventias cartoriais são ocupadas por escrivão que recebe sua remuneração com base em percentual da arrecadação das custas. "

Nos últimos meses, a legislação não parou de ser alterada. Acompanhe abaixo as principais mudanças em textos que mexem com seu cotidiano e alteram seus direitos.

EMENDA CONSTITUCIONAL

○ **Emenda Constitucional 17, de 22.11.97** - Altera os artigos 71 e 72 do ADCT. Embora estranho à área de atuação do escritório, convém sempre ter atualizada sua constituição. Esta emenda estendeu o prazo de instituição do Fundo Social de Emergência já existente, além de alterar os percentuais de repasse aos municípios.

LEIS E DECRETOS

○ **Lei 9515, de 20.22.97** - Dispõe sobre admissão de estrangeiros pelas universidades públicas. Trata-se de mais uma das inúmeras alterações promovidas no RJU da União, autorizando o provimento de cargos públicos de universidades e instituições de pesquisas por professores, técnicos e cientistas estrangeiros.

○ **Lei 9519, de 26.11.97** - dispõe sobre a reestruturação dos corpos e quadros de Oficiais e Praças da Marinha.

○ **Lei 9520, de 27.11.97** - Revoga dispositivos do Código Penal e de Processo penal. Altera disposições referentes ao exercício do direito de queixa da mulher.

○ **Lei 9525, de 3.12.97** - Dispõe sobre as férias dos servidores federais. Altera artigos 77 e 78 do RJU quanto às férias, criando a possibilidade de parcelamento em até três períodos.

○ **Lei 9534, de 10.12.97** - altera lei dos registro públicos. Torna gratuito o registro civil de nascimento e óbito, além de autorizar os Tribunais de Justiça a criar serviços itinerantes de registros públicos.

○ **Lei 9536, de 11.12.97** - regulamenta o § único do art. 49 da Lei 9394, de 20.12.96. Trata da matrícula em Universidades Federais de servidores, ou dependentes transferidos de domicílio.

○ **Decreto 2402, de 24.12.97** - Dispõe sobre a atualização cadastral dos servidores federais.

Prestação de Contas Balancete de Fevereiro de 98

Ativo:			
<u>Circulante</u>			
Disponibilidades		1.687,14	
Aplicações Financeiras		962.780,75	
Créditos Diversos		26.892,04	991.359,93
<u>Permanente</u>			<u>268.058,72</u>
	Total do ativo		1.259.418,65
Passivo:			
<u>Circulante</u>			2.561,00
<u>Patrimônio Líquido</u>			
Patrimônio Social			1.251.699,62
Resultado Acumulado do exercício	5.158,03	<u>1.256.857,65</u>	
	Total do passivo		1.259.418,65
Receitas:			
	<u>Acum. Anterior</u>	<u>Acum. Atual</u>	<u>Do mês</u>
Associados	46.617,87	93.427,53	46.809,66
Outros (inclusive financeiras)	<u>12.644,85</u>	<u>33.384,60</u>	<u>20.739,75</u>
	59.262,72	126.812,13	67.549,41
Despesas:			
Com pessoal	12.591,74	34.413,00	21.821,26
Andes (mensalidade CUT + Andes)	2.312,45	4.631,45	2.319,00
Viagens e estadas	3.253,65	3.253,65	5.979,41
Outras (inclusive financeiras)	<u>23.057,99</u>	<u>23.057,99</u>	<u>50.318,60</u>
	41.215,83	121.654,10	80.438,27
Resultado:			
	Receitas - Despesas = Acumulado		5.185,03
		= Do mês	12.888,86
Egon Claus Steinstrasser - Contador Reg. 29583			

Sérgio Jockymann / Jornalista e escritor

Prévia comportada

O inglês J.L. Talmon disse que "a Esquerda proclama a bondade e a perfectibilidade fundamental da natureza humana, enquanto que a Direita considera o homem fraco e corrupto". Ou seja, a Esquerda vê os homens como gostaria que eles fossem, enquanto que a Direita os encara como eles realmente são. Existem centenas de definições sobre Esquerda e Direita e essa é apenas uma delas. Talvez não seja a mais correta, mas explica perfeitamente a mania das prévias do Partido dos Trabalhadores. O PT gaúcho, mais que o nacional, é obcecado pela idéia da democracia partidária. Seus candidatos devem ser sempre frutos da vontade da maioria, coisa que até agora, sem nem um só arranhão, o PT rio-grandense havia conseguido. Lamentavelmente, fora do PT, as prévias não davam muito bons resultados e pareciam comprovar as teses de Direita sobre a conduta humana. Nem por isso os petistas se intimidaram e decidiram mudar de método. Com muito entusiasmo resolveram escolher, mais uma vez, seus candidatos ao Governo do Estado através de uma prévia, anunciada para o dia 22 de março.

Campanha de bons modos

Olívio Dutra repetiu incessantemente que ele e Tarso "eram as duas faces da mesma moeda". Na verdade, não eram. Administrativamente os dois tiveram o mesmo comportamento na Prefeitura de Porto Alegre, porque a proposta do PT não era de um governo pessoal mas de uma administração partidária (no que aliás, o PT vem sendo bem sucedido). As diferenças, apesar de não parecerem importantes, eram, na verdade, fundamentais. Olívio é mais agressivamente popular do que Tarso que, por formação, é mais moderado que seu oponente. A maio-

"Olívio é mais agressivamente popular do que Tarso que, por formação, é mais moderado que seu oponente."

ria dos petistas (cerca de 70%) preferiu se manter fiel aos princípios partidários e não quis participar das prévias, deixando claro que fosse qual fosse o escolhido, contaria com seu apoio. Os 30% restantes se dividiram em duas fatias praticamente iguais. Mas afora algumas farpas, a campanha se manteve em alto nível e, justiça seja feita, os dois candidatos se esmeraram em dar provas de bom comportamento.

Mau comportamento nos bastidores

Mas, como era inevitável, até mesmo

nas Esquerdas, na medida em que a campanha avançava, mantendo as aparências, as divergências aumentavam nos bastidores. Mesmo porque é impossível realizar uma escolha entre dois candidatos sem enaltecer um e sem prejudicar o outro. Os partidários de Tarso alegavam que a campanha de 1998 exigia um candidato com mais preparo do que Olívio possui. Citavam, como exemplo, alguns debates da campanha passada onde Olívio foi envolvido pela mídia, que favorecia abertamente Britto. Aos poucos, a linguagem foi ficando menos polida e em alguns municípios foi dito que "Olívio era grosso demais". Tarso, portanto, era o candidato culto e bem apessoado, capaz de conseguir não apenas os votos dos indecisos, mas também de esgrimir com a mídia e sair-se airoso dos debates. Como era inevitável, os partidários de Olívio reagiram.

As virtudes de Tarso foram transformadas em defeito. Foi acusado de transigir demais com a Direita e de namorar abertamente com a burguesia. Pior, os partidários de Olívio achavam que a campanha de 98 seria uma guerra feroz, que exigia um candidato com forte apoio popular. Por fim, usavam de um argumento de peso: Olívio tinha mais prestígio no interior do que Tarso. Nas últimas semanas, acabaram as boas maneiras nos bastidores, embora continuassem para uso externo.

Disputa pelas manchetes

Na semana das prévias, a assessoria importada de Britto resolveu começar a campanha. Até então a prévia do PT era dona das manchetes discretas e ameaçava se tornar o grande destaque da semana. Ninguém entendia o silêncio de Britto, que sempre se preocupa mais com a mídia do que com a opinião pública. Mas na terça-feira que antecedeu à prévia, Britto iniciou a campanha eleitoral, anunciando a renovação do seu secretariado. Foi uma manobra politicamente correta mas psicologicamente inútil, porque a opinião pública não demonstrou o menor interesse pela mudança. Por sinal, o próprio Governador contribuiu para isso, quando teve um deslize e anunciou que "nada mudaria com a mudança dos secretários". Com isso, a prévia do PT manteve as manchetes e se tornou ainda mais importante do que era.

Velha falha humana

A apuração das prévias tinha sido preparada para ser uma festa. Todos esperavam que na tarde de domingo o nome

do vencedor fosse anunciado. Tarso e Olívio trocariam um abraço e a campanha do PT teria início. Então, inesperadamente, justamente quando as pesquisas da mídia, anunciavam a vitória de Olívio, alguns partidários de Tarso descobriram que alguns inadimplentes haviam votado. É uma velha tradição partidária que só tenham direito a voto os membros do partido que estejam com suas mensalidades em dia. Em alguns municípios do interior, onde a maioria dos membros é constituída de pobres, os diretórios anistiaram os devedores. Tudo isso foi feito antes da prévia, mas alguns partidários de Tarso acharam que a lei havia sido infringida e quiseram impugnar as urnas onde os inadimplentes haviam votado. Essas discussões aconteceram em todas as convenções partidárias e

normalmente não são noticiadas. Mas a mídia, depois do fracasso da manobra palaciana, estava ávida para encontrar um problema na prévia

do PT e se agarrou com unhas e dentes no fato.

Pressão inesperada

No momento mais crítico, quando a festa parecia estar irremediavelmente comprometida, os 70% que não tinham votado decidiram a convenção. Eles mantiveram a união do PT e restauraram os bons modos partidários. A mídia zumbiu furiosamente em torno da convenção, mas não conseguiu um só descontente para entornar o caldo. A convenção do PT pegou fogo, mas não houve um só petista disposto a jogar mais lenha na fogueira. A decisão foi adiada para o dia seguinte, enquanto a unidade partidária era mantida. Para espanto geral da própria mídia, o público não demonstrou o menor interesse pelas discussões internas. Uma pesquisa programada por um jornal foi encerrada antes do meio-dia de domingo, porque todos os que opinaram declararam que votariam no candidato do PT, fosse ele quem fosse. Tudo o que a mídia conseguiu descobrir é que o grande trunfo de Tarso não havia correspondido. Os tarsistas esperavam contar com 400 votos na capital, para neutralizar a votação de Olívio no interior. A votação de Tarso na capital mal passou da metade. Na tarde de domingo, já se sabia que Olívio seria o vencedor.

As baixas da prévia

Na noite de domingo, o resultado da prévia foi anunciado oficialmente. O que

"Olívio Dutra repetiu incessantemente que ele e Tarso Genro "eram as duas faces da mesma moeda". Na verdade, não eram."

sobrou para a mídia foram alguns comentários maliciosos sobre a pequena margem de votos que deu a vitória a Olívio, 191 votos, pouco mais de 1% dos votos. Não fez a menor diferença para os petistas, porque quando concorreu à Prefeitura de Porto Alegre, Olívio ganhou dos demais candidatos (entre os quais estava Tarso) por apenas nove votos. Essas margens escassas já fazem parte da tradição partidária do PT. Mas a festa não foi a confraternização que se esperava. Tarso saiu, evidentemente, magoado da convenção. Foi lacônico com a imprensa, fugiu dos abraços e das entrevistas e dois dias depois declarou que não queria ser candidato a mais nada, porque "a sua vocação era o Executivo". Mas como resta ainda muito tempo para a convenção final, depois que a cabeça esfrie, Tarso poderá mudar de idéia e concorrer à Câmara dos Deputados, para o que tem prestígio de sobra.

Volta o velho guerreiro

Olívio Dutra é um veterano de batalhas eleitorais. Ele vem da era das impossibilidades, quando era indispensável que os candidatos do PT tivessem espírito de sacrifícios, porque a vitória era um sonho inatingível. Olívio foi derrotado por Britto, na eleição passada, por apenas 27 mil votos. Foi uma façanha eleitoral, porque não se esperava que ele conseguisse chegar ao segundo turno. É inegável que suas chances aumentaram em 1998, porque no momento em que o governo de Britto se tornou neoliberal e passou a copiar o governo de Fernando Henrique, seu desgate aumentou. Claro que as prévias se prestam muito bem para consolar os derrotados. Se Olívio perder, não há de faltar quem diga que com Tarso teria sido diferente. Mas, na verdade, para a maioria do eleitorado descontente, o nome do candidato do PT pouco importa. A eleição de 1998 será decidida entre os que apóiam o Governo e os que são contra ele. As pesquisas, com toda a reserva que merecem, dizem que Olívio é o favorito do eleitorado. Mas outubro está distante, Britto tem mais dinheiro para a campanha que qualquer outro candidato ao Governo do Rio Grande do Sul já teve e Fernando Henrique faz o possível e o impossível para favorecer os amigos. Tudo isso deve pesar na balança. Mas, de qualquer modo, a escolha de Olívio Dutra, de certa forma, condiciona a campanha. Não teremos nem gentilezas nem elegâncias, mas uma disputa feroz como jamais houve em toda a história do Rio Grande do Sul.



Wladimir Ungaretti / Professor do Departamento de Comunicação da Ufrgs

As várias formas de pensar o auto-engano

"Ler é recriar. A palavra final não é dada por quem escreve, mas por quem a lê".

Eduardo Giannetti

Em uma entrevista concedida ao jornalista Juca Kfoury, na rede de televisão CNT, o economista Eduardo Giannetti, autor do livro *Auto-engano*, recém editado pela Companhia das Letras, afirmou que seu trabalho é resultante de pesquisas, anotações e reflexões realizadas nos últimos vinte anos, de costas para um objetivo pré-estabelecido. Dispor dessa informação é absolutamente essencial para entendermos como o economista, de apenas 40 anos, conseguiu criar um texto tão complexo e rico em idéias.

Por absoluta coincidência, segundo ele, suas anotações tiveram início, de costas para um objetivo determinado, aos 20 anos de idade, ainda como militante trotskista, período em que dividia a militância política com a leitura dos clássicos. Por essa razão, chegou a afirmar numa outra entrevista, esta concedida no programa *Roda Viva*, que embora se coloque, hoje, distante de um "marxismo clássico" só consegue pensar as relações econômicas de forma "clássica", ou seja, em relação direta com as esferas da política e da filosofia.

Na década de 80, ainda sob forte influência do marxismo, Eduardo Giannetti obteve o título de Doutor em Cambridge, na Inglaterra. É nesse mesmo período que avançaram suas leituras no campo da filosofia, em especial de Nietzsche, e mais particularmente dos escritos da fase final, como "O Anticristo".

O próprio Giannetti, logo nas primeiras páginas de seu livro, afirma que "a leitura de um texto é a ocasião de um encontro". Pois este texto nos coloca diante de muitos encontros. Toda a parte inicial do livro aborda a questão do auto-engano no plano dos fenômenos da natureza. É quando nos deparamos e percebemos também alguns aspectos de estilo. Encontramos o primeiro parágrafo com a seguinte noção: "Nada é tudo. A luz refletida ilumina a luz projetada. A natureza é também um espelho". Iremos, a partir daí, nos depararmos com outras aberturas de parágrafos de igual peso reflexivo. Senão vejamos: "Nada explica tudo. As águas do auto-engano bebem de muitas fontes"; "Dúvidas não mentem. Pergunte-se se

você se conhece a si mesmo e você terá sérias razões para duvidar"; "O indivíduo é o nada que é tudo. O revolucionário vive fora de si, possuído por uma verdade que o transcende"; "Nada é tudo. Tempo, espaço e condição impõem, em alguma medida, perspectivas, ângulos e filtros". Todo o texto é muito bem construído, mas chama a atenção as aberturas dos parágrafos.

que sonha um sonho por nós".

São igualmente instigantes suas observações sobre a mentira. Ele chama a atenção para o fato de que "mentir é uma arte", ou ainda, "mentir para si mesmo e acreditar na mentira requer talento. Esquecer que se mente e sentir o que não se sente não bastam". Isso porque para que a mentira cole, é preciso esquecer que estamos esquecendo e não sentir que estamos sentindo o que em nós não sente. Ou ainda: "a mentira que contamos em silêncio para nós mesmos não mente, seduz. Ela se reveste do semblante da verdade para melhor mentir".

Dos exemplos ilustrativos dos variados aspectos do auto-engano, sem dúvida nenhuma, a história de Paul Gauguin é a mais interessantes. E, a partir dela, o autor pensa a questão que se propôs no plano da arte. Num determinado momento da vida, Paul Gauguin decide largar emprego e romper laços familiares para se dedicar à pintura no Taiti. Ficamos, segundo Giannetti, diante da seguinte pergunta: se todos os aspirantes à imortalidade artística tivessem uma visão sóbria e realista de suas probabilidades de sucesso, pouquíssimas pessoas se decidiriam por uma "aventura". E, por conseguinte, o mundo não estaria repleto de obras de arte de Gauguins desconhecidos em Taitis igualmente desconhecidos. E não teríamos, certamente, os gênios.

Pensem, por exemplo, as possibilidades a partir das seguintes idéias expressas pelo autor: "todo homem é protagonista do seu próprio enredo"; "A condição epistêmica natural do homem torna a nossa vida mental opaca à introspecção"; "A paixão entre os sexos, quando ela explode, é o nada que é tudo". Ou ainda: num plano mais geral uma observação que junta positivismo e dialética: o varejo positivista das pequenas causas não passa de um espetáculo menor e acanhado diante do que ocorre no atacado dialético das paixões revolucionárias. Citando Nietzsche, que por sua vez tinha em mente Hegel, nos deparamos com a seguinte idéia: "todo pensador profundo teme ainda mais ser entendido do que ser mal entendido".

O livro *Auto-engano* é uma preciosidade.



É interessante um dos paralelos estabelecidos pelo autor entre natureza e história. Diz ele que a natureza, em sua totalidade, bem como a própria história, se constituem num grande e inesgotável manancial de fatos, acontecimentos e processos e com os quais é possível provarmos praticamente tudo que se quer em qualquer direção, ora num sentido ora em sentido inverso. A parte inicial, em que são analisados fenômenos de auto-engano na natureza, indica que o autor tem uma detalhada leitura das principais obras naturalistas, em particular de Darwin.

Passadas as primeiras páginas, em que alguns leitores poderão ter a impressão de estarem lendo uma obra de ciências naturais, o texto toma outras direções, num verdadeiro devaneio por outros campos do conhecimento. Apontando outras formas de auto-engano nos diz, por exemplo, que "a boa obra de ficção narrativa é aquela

HEMEROTECA

The world today
Nº 2 - Volume 54



Jornais Diários

Zero Hora
Correio do Povo
Jornal do Comércio
Folha de São Paulo

WWW

Expressões inglesas
www.rootsweb.com/~genepool/sayings

Tudo sobre a língua inglesa

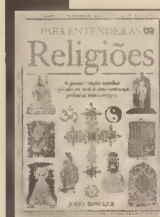
Para crianças
www.peterrabbit.co.uk

Clássico da literatura infantil

Alô, obesos
www.io.com/~joeobrin
Links e conselhos sobre obesidade

Páscoa
www.powertec.net/cadu
Ovos de Páscoa digitais, protetores de tela, softwares para presentear.

ORELHA



Para entender as religiões

John Bowker. Uma variada iconografia sacra para reconstituir a história das religiões do mundo. Combinando texto e imagens, a obra traz informações sobre as antigas crenças egípcias e greco-romanas, seitas orientais e até religiões nativas. Editora Ática, 200 pp.

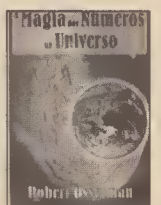


O Diabo dos Números

Hans Magnus Enzensberger. Um menino que odiava a matemática começa a sonhar com um diabo dos números. Este demônio dos sonhos lhe explica com originalidade alguns conceitos matemáticos e afirma que a maioria dos matemáticos de verdade nem sabe fazer conta. Cia. das Letras, 272 pp.

A Magia dos Números no Universo

Robert Osserman. Por meio de imagens, o autor busca tornar compreensíveis questões referentes à matemática. Professor da disciplina na Universidade de Stanford, o físico Osserman resolveu escrever em resposta às dificuldades dos alunos. Editora Mercuryo, 208 pp.



Na tradição de uma única esquerda

James Görgen

AD

verso — **Quais as diferenças fundamentais que separam os partidos PDT e PT principalmente no Rio Grande do Sul?**

Emília Fernandes — Acredito que, diante da situação política e econômica do país, existe uma convergência de propostas que une não apenas os dois partidos — PDT e PT —, mas também os demais partidos da oposição e, inclusive, segmentos de partidos da base do governo, como do PMDB. Essas forças políticas estão empenhadas em enfrentar e derrotar o atual projeto econômico em curso e apontar um novo rumo para a economia do país. São pontos comuns o desenvolvimento soberano com apoio à indústria nacional, à agropecuária e à geração de empregos. Também é prioridade para ambos os partidos a questão social com atenção à saúde, educação, habitação e outros setores.

Adverso — **A senhora aceitaria ser candidata à vice-governadora em uma chapa encabeçada por Olivio Dutra?**

Fernandes — De acordo com decisão do partido, o meu nome não está em discussão para disputar o cargo de vice-governadora. O PDT entende que o espaço do Senado Federal é muito importante e que deve ser mantido, para dar continuidade ao trabalho que venho desenvolvendo. Nesse sentido, tenho procurado atuar de forma ampla e participativa, tendo em vista a defesa dos interesses do conjunto dos gaúchos e sempre atenta aos grandes temas nacionais.

Adverso — **Qual deve ser o perfil do futuro governador do RS?**

Fernandes — O governador deve ter, em primeiro lugar, identidade com o conjunto das tradições históricas, políticas e culturais do Rio Grande do Sul. Também precisa ter compromisso com o conjunto do povo gaúcho, sem preconceitos e exclusões, e aberto ao diálogo com todos os setores da sociedade. Deve, acima de tudo, atuar no sentido de promover o desenvolvimento integrado do conjunto do Estado, combinando progresso industrial com apoio à agropecuária e o bem-estar social da população.

Adverso — **Como a senhora avalia a administração do governo do Estado hoje?**

Fernandes — Como ocorre em nível federal, vivemos um governo de propaganda, de aparências, que está comprometendo o futuro do Estado. O atual Governo abriu mão da nossa história cultural, econômica, deixando à margem segmentos fundamentais e historicamente responsáveis pelo desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Por outro lado, ao promover privatizações em áreas estratégicas, vem fragilizando o Estado com prejuízos para a sociedade no presente e no futuro. Ao apoiar medidas como a Lei Kandir, o FEF, e outras medidas do Executivo Federal, tem prejudicado não apenas os interesses do Estado, mas também dos municípios. Ainda, em relação aos funcionários públicos, particularmente os professores, a ação do Governo tem sido no sentido de retirar direitos e submetê-los a novas perdas, especialmente salariais.

Adverso — **Um governo do PDT poderia rever as privatizações das estatais realizadas durante o governo de Antônio Britto? Como seria feita a reversão destas decisões?**

Fernandes — A ação de qualquer governo que se oponha ao que está sendo feito com o patrimônio público estadual e nacional deve ser o de realizar um acompanhamento e fiscalização das privatizações já realizadas. É preciso também levar em conta a qualidade dos serviços prestados posteriormente às privatizações e outras cláusulas, entre elas os investimentos previstos e a geração de empregos o que, em muitos casos, como no setor de energia, por exemplo, não tem se mostrado eficiente. A partir disso, com a transparência que, na maioria dos casos, não houve, a so-

Emília Fernandes deixou as salas de aula de Santana do Livramento (RS) e foi parar no Senado Federal, onde atua desde 1995. Ao deixar o PTB e migrar para o PDT, levou a convicção de que tradição política rima com integridade. Fiel ao ideário de Getúlio Vargas, Emília acredita que um governador precisa ter compromissos com o povo gaúcho. Talvez seja essa fidelidade que esteja dividindo a posição da senadora entre concorrer ao governo em uma provável aliança com o PT ou continuar ocupando um importante espaço em Brasília. Mesmo negando a possibilidade, realizada na metade do mês de março, Emília começa a cogitar a possibilidade de disputar a eleição para um cargo no Executivo. Seja qual for a decisão, Emília defende a união das esquerdas para combater o projeto em curso e apontar novos rumos para a economia do país.

cidade deve ter o direito assegurado de reverter algum processo por meio de seus instrumentos legais.

Adverso — **Qual é o projeto do PDT para governar novamente o Estado?**

Fernandes — O PDT é um partido que tem compromisso com o desenvolvimento embasado no equilíbrio entre o capital e o trabalho. Também tem uma história de presença do Estado na sociedade, enquanto instrumento de apoio ao processo econômico e regulação das relações econômicas e sociais. Ainda, desde a Era Vargas temos uma tradição de presença marcante na questão social, apostando na valorização dos trabalhadores. Especialmente no Rio Grande do Sul, é fundamental resgatar o projeto de desenvolvimento industrial combinado com o apoio à agropecuária e incentivo à geração de empregos. É preciso incentivar a interiorização da economia, a promoção do desenvolvimento equilibrado das várias regiões e a democratização das decisões econômicas. Ainda, é claro, é fundamental resgatar a presença e a participação dos gaúchos como cidadãos, no processo de decisão. Esses são os compromissos do PDT e devem ser os de todos aqueles que pretendam dar uma nova perspectiva para a economia e para o povo do Rio Grande.

Adverso — **Caso fosse eleita governadora, como uma professora agiria em relação ao magistério estadual? Qual seria o papel da Fapergs em seu mandato?**

Fernandes — A conquista de educação de qualidade, voltada para a promoção do desenvolvimento tecnológico, cultural e humano de homens e mulheres, deve ser prioridade de qualquer governo. Nesse sentido, a valorização de professores e funcionários como agentes centrais desse processo, deve sair do campo da promessa para transformar-se em realidade concreta. Também se faz necessário, neste momento, defender o ensino público, as Escolas Técnicas e a Universidade Pública, trabalhando para integrar os diversos níveis de ensino e promover um maior intercâmbio com a sociedade. Por outro lado, como um processo essencialmente democrático, é preciso estabelecer o debate e a participação da comunidade para se construir um ensino eficiente, comprometido com o coletivo e estratégico. Isso, evidentemente, se faz com a participação das diversas entidades e instituições ligadas aos professores, funcionários e alunos.

Adverso — **A senhora foi eleita senadora pelo PTB. Por que decidiu mudar de sigla e o que a atraiu no PDT?**

Fernandes — Fui eleita a partir de um compromisso firmado publicamente com os eleitores. Esses compromissos eram claros e tinham por objetivo defender direitos dos cidadãos, interesses coletivos e, acima de tudo, o desenvol-



Agência RBS

Emília: candidatura não está descartada

vimento do Rio Grande. Ao longo do mandato, o meu ex-partido afastou-se desses compromissos, assumindo cada vez mais o papel de coadjuvante da atual política econômica e social de desemprego e exclusão. Ao mesmo tempo, abandonou o próprio programa partidário que, teoricamente, teria que honrar as idéias políticas, econômicas e sociais do verdadeiro trabalhismo. Fiel aos eleitores, aos interesses do povo, ao Rio Grande e ao Brasil, tomei a decisão de trocar de partido, também por lealdade e por coerência entre os compromissos, dos quais não arredei um milímetro, e a prática de sua implementação. ✱